

## **Imbricações entre tradição e modernidade: as inscrições coloniais no discurso imobiliário de um Recife urbano**

### **Imbrications between tradition and modernity: colonial inscriptions in the real estate discourse of an urban Recife**

Marcela Barbosa Lins<sup>1</sup>

Cristina Teixeira Vieira de Melo<sup>2</sup>

**Resumo:** *Este artigo analisa anúncios imobiliários da década de 1970, ao percebê-los como sintoma da manutenção de traços coloniais na constituição da paisagem metropolitana. Para isso, evocamos Gilberto Freyre e sua discussão sobre os traços patriarcais transplantados à lógica urbana do século XIX, em articulação com Lúcia Leitão, em sua atualização do pensamento freyreano. Em um primeiro momento, descrevemos as condições históricas de possibilidade das produções simbólicas aqui discutidas: a metropolização do Recife e seu processo de adensamento concomitante à profusão dos anúncios. Em um segundo momento, apresentamos a atualização da ordem patriarcal que se inscreve nos centros urbanos associada aos ímpetos modernizantes vigentes à época. Por fim, analisamos algumas peças publicitárias que evocam as imbricações entre tradição e modernidade, reiterando a tese freyreana de que há uma transplantação da ordem colonial patriarcal à vida moderna.*

**Palavras-Chave:** *Publicidade imobiliária. Cidade. Discurso. Gilberto Freyre.*

1 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, MG, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-1585-4845> E-mail: marcela.lins@gmail.com

2 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, PE, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-3527-5501> E-mail: cristinateixeiravm@gmail.com

**Abstract:** *This article analyzes real estate advertisements from the 1970s, by perceiving them as a symptom of the maintenance of colonial traits in the constitution of the metropolitan landscape. For this, we evoke Gilberto Freyre and his discussion about the patriarchal traits transplanted to the urban logic of the 19th century, in articulation with Lúcia Leitão, in her update of Freyrean thought. In a first moment, we describe the historical conditions of possibility of the symbolic productions discussed here: the metropolization of Recife and its densification process concomitant to the profusion of advertisements. In a second moment, we present the actualization of the patriarchal order that is inscribed in urban centers associated with the modernizing impulses. Finally, we analyze some advertisements that evoke the imbrications between tradition and modernity, reiterating Freyre's thesis that there is a transplantation of the colonial patriarchal order to modern life.*

**Keywords:** *Real estate advertising. City. Discourse. Gilberto Freyre.*

## Introdução

“A casa brasileira expressa nossa originalidade, ou seja, nossa identidade, o nosso existir [e permite], uma análise do que somos e temos sido e também uma reflexão do que nos tornamos e estamos a ser.” (GILBERTO FREYRE, *Sobrados e Mucambos*, 1933, p. 19).

Qual seria a reação das redes sociais diante de uma publicidade que anunciasse a venda de um imóvel apresentando um casal descansando em seu quarto, em um domingo de manhã, enquanto “Zefa”, a empregada, cuida dos filhos da família? A nossa aposta é a de que parte dos internautas denunciaria a publicidade como classista, apontando nela a permanência de traços de uma sociedade escravocrata, na qual prevalece a desigualdade social e a exploração do trabalho doméstico.

A publicidade acima referida não é mera especulação: circulou nos idos de 1975 nos jornais recifenses. O anúncio (que exploraremos em detalhe adiante) descreve o imóvel situado no bairro da Madalena da seguinte forma: “Apartamento com três quartos, sendo um deles com banheiro privativo. Ampla sala de estar/jantar. Banheiro social. Copa/cozinha. Terraço de serviço. Dependência de empregada. Linda varanda.” Desse trecho, nos interessa destacar a referência ao cômodo “dependência de empregada”.

Assim como a personagem Zefa, inúmeras domésticas brasileiras viveram parte de suas vidas no popular “quartinho de empregada”. No nosso país, este espaço costuma se localizar ao lado da cozinha e da área de serviço de um domicílio. No geral, é mal iluminado e tem pouca ou nenhuma ventilação.

Viana e Trevisan (2016) lembram que a existência desse ambiente encontra uma justificativa no argumento da origem interiorana da empregada doméstica. Sem família ou residência fixa na cidade, seria necessário ter um lugar na casa dos patrões para a doméstica pernoitar. No entanto, até bem pouco tempo atrás, era comum a empregada

dormir na casa de seus empregadores durante a semana, mesmo tendo moradia na cidade onde trabalha. Uma vez dormindo na casa dos patrões, a trabalhadora costumava desempenhar suas funções manhã, tarde, noite e, caso fosse necessário, de madrugada.

Essa realidade mudou, especialmente após a aprovação da PEC das Domésticas<sup>3</sup> em 2013, que instituiu o pagamento de hora extra e a obrigação de registrar empregadas que trabalham por três ou mais dias em uma mesma residência. A lei que regulamentou a emenda constitucional foi sancionada em 2015, acrescentando ainda o direito a adicional noturno. Assim, a empregada fixa se tornou figura menos frequente nos lares brasileiros. Ela foi substituída pela diarista que, em geral, a) trabalha em várias residências, b) é paga por hora ou por dia para realizar os serviços domésticos e, c) volta para sua própria casa ao final de cada jornada de trabalho.

Em consequência dessa mudança no setor do trabalho doméstico, o “quartinho de empregada” perdeu sua função de origem e começou a ter outras utilidades. Muitos passaram a servir como depósito de tralha (o chamado “quartinho da bagunça”). Em tempos pandêmicos, com os vários membros da família precisando compartilhar o espaço da casa, foi natural que ele ganhasse outros destinos: muitos viraram escritório ou mesmo um novo quarto para membro da família (VIANA; TREVISAN, 2016).

O quarto de empregada é uma herança de nosso passado colonial, escravocrata e patriarcal. Neste artigo, buscamos identificar, nos anúncios imobiliários que circularam nos jornais recifenses na década de 1970, continuidades e descontinuidades entre esse passado e o momento de urbanização da capital pernambucana. Apostamos que as ambivalências de um discurso que almejava o “novo”, mas não se desvinculava do “antigo”, se fazem notar mais fortemente justo nos anúncios dessa época.

A fim de tornar esse argumento mais evidente, no tópico 2, discorreremos brevemente sobre o processo de constituição e modernização da

3 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm). Acesso em: 11 maio 2022.

cidade do Recife e, no 3, discutimos a permanência dos valores coloniais nas práticas e discursos de uma Recife moderna. Antes disso, é importante esclarecer que as publicidades aqui analisadas fazem parte de um corpus de 4.000 anúncios que constam em uma pesquisa anterior<sup>4</sup>. A imensidade e riqueza desses anúncios tem nos permitido uma abordagem segmentada desse material. No presente artigo, trabalhamos exclusivamente com as publicidades que remetem ao passado aristocrático, escravocrata e patriarcal do país – e reiteramos a tese freyreana de que há uma transplantação da ordem colonial à vida moderna, através de uma imbricação entre tradição e modernidade.

### **O processo de modernização do Recife**

Apesar de sua feição urbana desenhada desde o século XVII, o processo de modernização do Recife, de fato, se inicia no século XIX e se consolida no século XX, quando suas avenidas se tornaram mais largas e sua incipiente característica linear se perdeu, dando lugar a uma massa contínua. É o momento em que a cidade experiencia um importante processo de crescimento demográfico, acentuado na década de 1950, com os fluxos migratórios interioranos (BARRETO, 1994). Em 1970, Recife ultrapassa a marca de um milhão de habitantes e figura em terceiro lugar entre as metrópoles mais povoadas do país, atrás do Rio de Janeiro e São Paulo. A cidade conquistava, assim, feições metropolitanas, com um centro urbano adensado e um horizonte vertical<sup>5</sup>.

Alguns elementos sobredeterminam a aparição da verticalidade no Recife. Segundo Mário Melo (1978), com a ampliação do espaço construído, o alongamento das distâncias e o aumento das despesas e tempo com o transporte, a busca por terrenos no centro da cidade cresceu consideravelmente. O conseqüente aumento dos preços destes espaços

4 O corpus é derivado de pesquisa realizada para a dissertação de mestrado intitulada *Formas de ser e habitar na publicidade imobiliária do Recife*, de autoria de Marcela Lins.

5 A verticalidade das construções prediais recifenses é, contudo, anterior ao processo de urbanização do século XX. No século XIX há uma profusão de sobrados de dois a cinco pavimentos. Acredita-se que essa feição se justifique pela escassez das terras firmes na região próxima ao porto, onde nasce Recife (CASTRO, 2013).

tornou antieconômico o seu aproveitamento fora da configuração de edifícios de muitos andares. Concomitantemente, o progresso técnico da construção civil também impulsionou o processo de transformação da paisagem.

Para além do argumento do aproveitamento do território em função de seu valor fundiário, é importante mencionar uma série de medidas legais e reformas implementadas desde o início do século que culminaram no adensamento e verticalização do Recife. Os gestores da cidade perseguiram valores em voga nos grandes centros urbanos europeus, em um imaginário associado ao progresso e à modernização. No ano de 1909, princípios do plano do barão Georges-Eugène Haussmann<sup>6</sup>, em Paris, circunscreviam também o planejamento da capital pernambucana. Começava, assim, a se delinear uma série de reformas que tinham por intuito embelezar, sanear e “colocar Recife nos rumos da modernidade” (NASLAVSKY, 2013, p. 251). Esse processo foi legitimado pelas novas elites urbanas, predominantemente vinculadas às atividades comerciais e profissões liberais.

Apesar da verticalidade consolidada, é somente na década de 1950 que foi erguido o primeiro prédio de apartamentos estritamente residencial: o edifício Capibaribe, localizado na Rua da Aurora, no bairro de Santo Amaro. Nos anos subsequentes, este tipo de imóvel começou a angariar alguns setores da classe média e alta, ocupando prioritariamente o centro. Em 1970, ocorreu o primeiro *boom* imobiliário, momento de criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), um banco público especializado em financiamento habitacional, e da criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), composto por um conjunto de instrumentos financeiros, como sociedades de crédito imobiliários e letras<sup>7</sup> (ROLNIK, 2015).

6 O barão de Haussmann foi conhecido por uma série de reformas urbanas realizadas durante sua gestão. Haussmann assumiu o cargo em 1853, a mando de Luís Bonaparte, e sua missão consistia em ajudar a resolver os problemas de excedentes de capital e desemprego pós-crise de 1848 através da urbanização.

7 Originalmente o BNH e o SFH tinham por finalidade prover a construção e financiamento de casas para famílias de baixa renda. Contudo, tornaram-se a principal fonte de financiamento da classe média para a aquisição da casa própria.

## As imbricações entre tradição e modernidade

A emergência das profissões liberais, o anonimato como código de convívio na metrópole e a incorporação de valores e símbolos modernos no traçado urbano não suplantaram por completo as sociabilidades associadas ao regime agrário, patriarcal, escravocrata e aristocrático anterior.

Para Gilberto Freyre (1933), por constituir uma paisagem social secular, muitas características das sociedades agrárias brasileiras permaneceram inscritas nas práticas sociais urbanas. Segundo o autor, a herança patriarcal figura não apenas em inscrições simbólicas, como nomes de povoados, cidades e bairros, mas também na forma como experienciamos socialmente a vida urbana. Nesse contexto, a casa grande tem papel central, não somente porque grande parte das cidades foi formada em torno de fazendas (e, neste sentido, Recife é exceção), mas porque dela se origina a estrutura patriarcal responsável por disseminar valores e costumes fundamentais para a sociedade brasileira.

A casa grande, neste sentido, é aqui compreendida como protagonista da conformação de um espaço social colonizado – ao ser transpostada ao Brasil, a lógica lusa tornou-se outra coisa (FREYRE, 1936), isto é, a casa grande não é uma tradução precisa do solar português. Ao assentar-se, evocou símbolos arquitetônicos capazes de definir um estilo de cultura e civilização (LEITÃO, 2014). Espaço bloqueado, com pretensões de autossuficiência e com um evidente caráter de recolhimento, hostil ao que lhes é exterior; e cuja ordem seria mantida mediante o antagonismo em equilíbrio freyreano (BENZAQUEN, 1994).

É no século XIX, através de alterações na estrutura social do país – determinada em certa medida pela chegada da coroa portuguesa e pelos primeiros indícios de uma modernização – que uma cultura urbana começa a se sobrepôr sobre os valores rurais. Contudo, conforme aponta Freyre, não houve rompimentos ou eliminações, mas um misto de combinações que “integravam e desintegravam” (1936). Uma transição que transforma e preserva símbolos, valores, instituições e distâncias sociais; e que culminou em uma “modernidade brasileira” (DA MATTA, 2013), criada a partir da tradução do projeto moderno, em função de

valores e experiências históricas locais. Nos sobrados e mucambos, portanto, faziam-se desvelar formas e estilos de uma sociedade de raízes profundamente patriarcais e escravistas, apesar da inserção de uma agenda política fundada na modernidade europeia.

Freyre usa a expressão “brasileirinhas da silva” para se referir à arquitetura que se erguia nas cidades brasileiras no século XIX. Sobre essa arquitetura, ele afirma: “Honeste e autêntica, expressão sincera das necessidades dos interesses, do largo ritmo de vida patriarcal” (FREYRE, 1933, p. 28). A existência do “quarto de criados” nos sobrados urbanos é evidência clara da transposição da lógica colonial das antigas senzalas para à cidade. Os anúncios de época reproduzidos a seguir comprovam isso:

Vende-se huma caza assobradada [...] architectura elegante e alguns tetos das salas de estiques, todas as salas, gabinetes e quartos forrados de papeis, do ultimo gosto [...] boa cocheira, cavalharice para sete animaes, quarto de creados, duas cosinhas, tanques de beberem animais e de lavar roupa, jardim, horta e chácara. (Gazeta do Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1821 *apud* FREYRE, p. 443, 1936)

[...] casas de sobrados que possam servir para acomodação de huma família, isto he, que tenha pelo menos sala para visitas, casa de jantar, duas alcovas, dois ou tres quartos para creados, ou escravos, sótão e quintal. (Diario do Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1822 *apud* FREYRE, p. 443, 1936)

Assim, assentados no século XIX, os sobrados urbanos, habitações voltadas às elites e profissionais liberais no novo ambiente social, atualizavam muitas das lógicas caras à casa grande, como a primazia da domesticidade e dos valores privados. Ao suceder a residência senhorial como espaço nobre de moradia, o sobrado expressava hostilidades para os excluídos desses ambientes; e mantinham funções muito caras à casa grandes: guardar mulheres – cujo acesso à rua era interdito – e valores.

A título de ilustração, comumente cacos de garrafa eram espetados nos muros dos sobrados, de modo a afastar ladrões e *don juans* (FREYRE, 1936). Há outra série de indícios arquitetônicos que apontam para

a manutenção dos valores patriarcais como as falsas janelas voltadas às ruas, que sugerem uma negação relativa ao entorno, e as urupemas<sup>8</sup>, esteiras que endossam a lógica do “ver sem ser visto” (FREYRE, 1936); reproduzindo a percepção de que aquilo que não é doméstico é residual. O desprezo ao espaço urbano também é vislumbrado nos hábitos dos moradores dos sobrados que, “quase com as mesmas arrogâncias da casa de engenho ou fazenda” cometiam abusos, “fazendo da calçada picadeiro de lenha, atirando para o meio da rua o bicho morto, o resto de comida, a água servida, às vezes até a sujeira do penico” (FREYRE, p. 31, 1936).

A arquiteta Lúcia Leitão (2014), ao interpretar o pensamento freyreano à luz de *Sobrados e Mucambos*, argumenta que o ambiente construído brasileiro, a face visível das cidades, tem como pano de fundo o patriarcalismo que caracterizou a organização social do país. Há, portanto, uma série de valores expressados e ratificados pela casa grande que permanecem inscritos em nossa paisagem social.

Na esteira do que propõe Freyre, Lúcia Leitão afirma que “a casa grande e a primazia do espaço privado que ela simbolizou não foram apenas um modo de morar, mas antes, um modo de viver marcado pela segregação, pela exclusão, pela busca de distinção e fidalguia” (LEITÃO, p. 35, 2014). Para a autora, o ambiente urbano, embora marcado por ideais modernos, manteve características caras ao Brasil agrário, como o encastelamento e a hostilidade em relação ao entorno.

Os condomínios contemporâneos atualizam a primazia do espaço privado em relação ao público. Não à toa, o material publicitário deste tipo de imóvel enfatiza o fato de o condomínio ser *fechado*, indicando uma intenção de separação entre o espaço de moradia e o espaço público urbano. O psicanalista Christian Dunker (2015), atento à sociabilidade atomizada dos condomínios brasileiros, enfatiza que seu modelo se assemelha mais a um forte de ocupação, cuja gramática militar é prevalente, do que a um modelo de vida em comunidade. Trata-se de uma moradia

8 A urupema consiste em uma treliça de madeira ou palha trançada, que acompanha toda a altura da janela

coletiva que, hegemonicamente, agencia valores individuais. A ampla oferta de serviços prestados dentro dos condomínios – transformados em espaços-blocos, assim como foram as casas grandes patriarcais – também coadunam uma lógica de interdição às indefinições do espaço público. Uma estratégia evidentemente transplantada para o marketing imobiliário.

### **As inscrições coloniais no anúncio imobiliário**

Após essa contextualização histórico-social passaremos à análise dos anúncios imobiliários veiculados na década de 1970 a fim de mostrar as imbricações entre a tradição e a modernidade.

Como já explicitado, até 1950 no Recife, os edifícios estritamente residenciais eram inusuais. Para vendê-los como habitação qualificada e adequada às classes média e alta, o mercado imobiliário precisou recorrer a certas estratégias de comunicação.

De acordo com Caldeira (2011), durante os anos 1920, os condomínios residenciais verticais eram associados aos cortiços e ao baixo status social, sendo a moradia unifamiliar a grande detentora de prestígio. Loureiro e Amorim (2005) também apontam que nessa época a vida em coletividade era associada à decadência, à falta de higiene, ao desconforto e à ausência de privacidade. A consolidação do edifício como espaço não apenas de trabalho, mas também de moradia no Recife partiu, em grande medida, de um desejo da gestão pública de modernizar e fazer a cidade aderir aos valores do progresso encontrados nas grandes metrópoles ocidentais. Esse ímpeto modernizador se dirigiu sobretudo às classes médias, apoiando-se fortemente na defesa da propriedade privada. Na ocasião da fundação do mencionado BNH, em 1964, Sandra Cavalcanti, sua primeira presidente, afirmou que: “A casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade” (ROLNIK, 2015).

As alterações econômicas e culturais ocorridas no período culminaram na necessidade do mercado imobiliário de “criar” no consumidor um novo hábito do morar e uma nova expectativa do padrão de moradia

ideal. Neste sentido, a tônica do aproveitamento do solo regia aquele mercado em expansão e se materializava no considerável aumento de quantitativo dos robustos anúncios de edifícios, que passaram a competir com peças gráficas referentes a casas e terrenos na década de 1970 (LOUREIRO; AMORIM, 2011). Uma grande recorrência discursiva nos anúncios veiculados na época era a demarcação do edifício enquanto o lócus da distinção. Para tanto, era comum evocar referências ao passado colonial. Esse passado se fazia presente muito fortemente nos nomes das edificações, e na base de toda uma rede semântica empregada nos anúncios.

Como exemplo, voltemos ao anúncio mencionado na abertura deste artigo. Ele não apresenta a fachada do prédio ou o interior dos apartamentos. A única ilustração referente ao imóvel é uma pequena planta do lado inferior direito, ao lado da marca da imobiliária. Se, por um lado, nos é negada a visão do edifício em si, por outro, a narrativa verbal, bastante extensa mesmo para os padrões da época, fabula uma forma de vida que se pressupõe desejada pelos possíveis compradores dos apartamentos.

Figura 1 - Anúncio do Edifício Pasárgada



Fonte: Diário de Pernambuco, 06/04/1975.

Ao utilizar o pronome “vocês”, o anúncio convoca o/a leitor/a a ocupar a posição de chefe de família e/ou dona do lar (“Na suíte, com ar-condicionado, *vocês* acordam”). Na imagem, há duas crianças. Uma delas brinca no seu cavalinho de madeira. A outra lê no sofá. O texto informa que, antes, as duas haviam estado no playground do edifício. Zefa, a empregada, além de cuidar das crianças, coloca água nas plantas e prepara a comida, enquanto os pais dormem no quarto com ar-condicionado. O casal só se levanta da cama quando o “sol já está bem alto” (afinal, não esqueçamos, é domingo, dia de descanso). O anúncio afirma: “Tudo é uma visão poética da família feliz”. E prossegue:

Todos os dias são simples e bonitos para quem é feliz. As conhecidas “coisas materiais” não dão felicidade a ninguém: mas não é fácil ser feliz, na nossa sociedade, sem as possuir, ao mínimo. O máximo que vocês têm de amor, dedicação, carinho é o mínimo que podemos oferecer-lhes com o conforto, a beleza, a comodidade e a elegância de morar no Edifício Pasárgada, na Madalena. [...] É tão poético morar num apartamento do Edifício Pasárgada que todos os dias se parecem com os domingos. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/04/1975)

Da passagem acima, sobressai o ideal de felicidade almejado. O imperativo da felicidade das redes sociais de hoje já se anunciava nesse anúncio da década de 1970. Nada surpreendente, já que estamos falando da retórica publicitária, que sempre ressalta/inventa as qualidades do produto ou serviço que vende como algo que irá beneficiar o consumidor. Embora o anúncio diga que “coisas materiais não dão felicidade a ninguém”, ele enfatiza que na nossa sociedade não é fácil ser feliz sem as possuir. E finaliza assegurando que o edifício Pasárgada é capaz de oferecer conforto, beleza, comodidade e a elegância para os moradores, a fim de que eles possam alcançar uma vida feliz.

De fato, com exceção de Zefa, para quem não se verifica indícios de felicidade manifestos no texto, todos os demais parecem felizes. Vejamos: a criança que brinca no cavalinho tem um sorriso estampado no rosto, a outra mostra-se tranquila em sua leitura. O casal, por sua vez, é agraciado com a oportunidade de permanecer dormindo no quarto

com ar-condicionado em um domingo enquanto as crianças brincam e se alimentam sob a supervisão de Zefa. Eles desfrutam ainda da linda paisagem do Recife emoldurada no janelão da frente do quarto e, assim que resolverem adentrar a sala de estar, onde se passa a cena focalizada no anúncio, poderão usufruir “a beleza das flores no vaso de cristal” e se sentar à mesa para tomar o café da manhã – que já está pronto.

A felicidade do anúncio se sustenta no idílio da vida doméstica de uma família tradicional heteronormativa: pai, mãe e filhos. Nesse contexto, a empregada é um elemento “estranhamente familiar”. Embora invisibilizada na imagem, a existência de Zefa na narrativa verbal é o elemento que possibilita a felicidade dominical da família. Sem ela os pais não poderiam dormir até mais tarde, as crianças não teriam com quem descer para brincar no playground, a comida não estaria pronta na mesa para ser consumida. Zefa garante que o descanso de domingo não esteja ameaçado pela obrigação com os afazeres domésticos: limpar a casa, cozinhar, cuidar da prole.

Além de estar centrada no núcleo familiar, a felicidade do anúncio circunscreve-se ao espaço privado – do apartamento ou do edifício. Não é preciso ir à rua, ao espaço público para ser feliz. A felicidade encontra-se intramuros. As crianças brincam na segurança da sala de casa ou do playground do prédio, justo como ocorria com o “menino criado em sobrado de pai rico, afastado dos perigos da rua ‘das vulgaridades da rua’” (LEITÃO, 2014, p. 118). A própria cidade do Recife, na medida em que é transformada em paisagem emoldurada pela janela do quarto, é convocada para dentro da vida privada. Algo que nos remete ao familismo hostil ao entorno que se refere Freyre. É fundamental reiterar que o desprezo ao público não é novidade circunscrita às décadas recentes – em seu lugar, tal desprezo tem conformado a sociabilidade urbana recifense, dado que há uma transplantação da ordem tradicional às urbes modernas, em especial no Recife.

O nome do edifício não pode ser ignorado. “Pasárgada” é também título de um poema do pernambucano Manuel Bandeira. No poema, o *eu lírico* diz que vai embora pra Pársagada porque lá ele é “amigo

do rei”, lá ele pode “ter a mulher que quer, na cama que escolher”. A Parságada do poema é um lugar que “tem tudo”, “é outra civilização”. Em Parságada, o poeta pode “fazer ginástica, andar de bicicleta, montar em burro brabo, subir em pau de sebo e tomar banho de mar”. E caso fique cansando, ele pode “chamar a mãe d’água para lhe contar histórias como antes lhe fazia Rosa quando ele era menino”.

Poema e anúncio reivindicam Pasárgada como um lugar de felicidade sem fim, uma espécie de utopia. Muitas vezes, uma utopia esconde uma distopia, pois, para que uns possam ser felizes, outros são sacrificados. No poema e no anúncio, o Outro é reduzido ao lugar daquele que serve. Em ambos, essa figura servil é predominantemente feminina. Na publicidade, Zefa trabalha aos domingos para os patrões. No poema, não só as prostitutas estão à disposição do poeta, quanto ele pode se deitar na cama com a mulher que quiser, além disso, Rosa está sempre pronta para lhe contar histórias.

Por fim, podemos inferir que, tanto o possível morador do Edifício Pasárgada, quanto o enunciador do poema Pársagada ambicionam ser tratados como reis, haja vista que só a realeza pode viver como se todos os dias fossem domingos, ou seja, como se fossem dias de lazer, sem obrigações ou compromissos.

Esse desejo de viver como reis também se manifesta nos nomes dados a outros prédios. Vários deles incluem a palavra “solar”, cujo significado é: 1) a terra ou castelo onde habitava a nobreza e que dava o título às famílias, 2) palácio, herdade ou terreno de nobres, que lhes servia de habitação e que passava a seus descendentes por herança.

O “solar do Giqui”, anúncio veiculado em 28 de maio de 1978, por exemplo, se vende como “a casa grande da Rosa e Silva”. Distante de qualquer crítica à sociabilidade colonial, o anúncio busca construir um efeito de sentido positivo no leitor ao transpor para o edifício uma suposta distinção presente na referência à casa grande. O texto, inclusive, fala que se trata de um local de “classe, muita classe”. Essa distinção ainda se faz notar no destaque dado à localização do imóvel (Rosa e Silva esquina Conselheiro Portela), bem como na descrição dos vários ambientes,



Figura 3 - Anúncio do Edifício Solar do Gaypió

**Futuro e passado encontram-se no Solar do GAYPIÓ**

Inspirado nas antigas casas grades e célebres arranha-céus de arcaica tem a Sociedade Técnica de Engenharia e Comércio Ltda., incorporado à nossa paisagem, os Solares de Bossuzo, de Meyryre, do Mattapayre... construído dentro da mais arrojada técnica.

Assim sendo, o Solar do Gaypió é um recanto de bom gosto na paisagem sobre do Espinhaço.

Av. Agamenon Magalhães

**Canal**  
Venham conhecer o Solar do Gaypió hoje mesmo, veja os amplos apartamentos servidos por dois elevadores, hall nobre, Salão em lâminas corridas, 4 quartos sociais, (1 suite com closet), terraço, a cozinha com azulejo decorado e balcão em aço inox, área de serviço com dependência completa para empregada, a garagem privada do sub-solo, tudo isto atrevido do recípro do acabamento que só a SOTEC empresta às suas obras.

**SINAL - Cr\$ 36.000,00**  
**PRESTAÇÕES MENSAIS DE Cr\$ 6.420,00 OU A COMBINAR**

**HOJE PLANTÃO NO LOCAL**

**VENDAS EXCLUSIVAS COM:**  
**Miranda & Lda. Local Ltda.**  
Rua Manoel de Barros, 1400, LAGOS - PERNAMBUCO - CEP: 51.000-000  
FONE: 24-2311

DE MIRANDA (SOTEC) PROPRIET. DE GRUPO  
Uma Família de Negócios.

Fonte: Diário de Pernambuco, 11/01/1976.

Gaypió faz menção direta ao engenho Gaipió, datado da década de 1870, localizado no município de Ipojuca, a 51 quilômetros da cidade do Recife. A modernidade, por sua vez, é evocada na forma de vida urbana da construção predial vertical. Um edifício construído “dentro mais arrojada técnica” (Diário de Pernambuco, 11 de janeiro de 1976), em uma associação evidente entre técnica e futuro/progresso.

Vejamos agora o anúncio do Edifício Solar dos Amarais, veiculado no caderno Classificados do DP em 1977.



de apoio com um abajur, um porta-retrato e um jarro. Na parede, um quadro. Sorridentes, as mulheres exibem seus trajes elegantes, joias e penteados. Tal imagem poderia facilmente compor o álbum de uma família herdeira da aristocracia local. Aposta endossada pela própria expressão “Solar dos Amarais”. O enunciado “O Bairro dos Aflitos é um bairro de moradias tradicionais de uma classe social aristocrática.” ratifica a ideia de que se trata uma moradia aristocrática.

Os traços distintivos do imóvel se materializam na menção ao seu revestimento de concreto aparente, mármore, alumínio anodizado, halls separados (de serviço e social) e elevadores também separados – o que implica que empregados e moradores não precisam acessar os mesmos recursos. O apartamento se associa ainda a uma moradia tranquila, em uma rua calma e “tipicamente residencial” e o edifício enfatiza o fato de ser “estritamente residencial”, em detrimento dos edifícios de uso misto (comércio e residência), que geram uma série de sociabilidades e movimento na região onde se encontram.

O anúncio também se coaduna a uma lógica que associa a domesticidade ao feminino, já que são duas mulheres que aparecem na imagem – algo que também nos remete ao familismo patriarcal colonial a que se refere Freyre em *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*.

A mulher também é elemento de destaque no anúncio do Edifício Zumbi, pois o anunciante se dirige a ela quando diz “É liberdade para as crianças e tranquilidade para você, mãe”.

Figura 5 - Anúncio do Edifício Zumbi

**Edifício Zumbi, prontinho para morar. É liberdade para as crianças e tranquilidade para você, mamãe.**

Quando o Guga foi visitar Paulinho no Edifício Zumbi não queria mais voltar para casa.

No Edifício Zumbi é sempre assim, as crianças adoram ficar livres na grande área de lazer (3.082,00m<sup>2</sup>) com jardins, árvores com passarinhos, quadra de esportes (volei, basquete, futebol de salão), playground e muito espaço para a turminha correr, empinar papagalho, andar de bicicleta, patinar à vontade e o que é mais importante: Ser criança.

Os apartamentos do Edifício Zumbi têm 3 quartos com suite, varanda, sala de estar-jantar, despensa, e demais dependências, 2 elevadores e estão prontos para morar. Se você não tem programa para hoje, leve as crianças para brincar na grande área de lazer do Edifício Zumbi, eles vão adorar.

Sinal Cr\$ 82.400,00  
 Poupança Fixa em 25 meses.  
 Prestação do Financiamento Cr\$ 11.660,00  
 Renda Familiar Cr\$ 29.000,00  
 Financiamento assegurado ao comprador pela Banorte.

Possível participante de convênio, incluindo desligar e instalar.

**FNAB**  
 Rua José de Almeida, 527 - Fone: 321-1433 - 321-1706  
 Av. Cassiano Andaraí, 2130 - Fone: 328-9952

**Edifício Zumbi**  
 Av. Santos Dumont, 522 Apênx

Empresa inscrita em 1.426.141 PE

Fonte: Diário de Pernambuco, 28/05/1978.

Ao aparecer ao lado do vocábulo “liberdade”, a palavra “Zumbi” nos remete à figura de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo do Palmares, o maior do período colonial. O Quilombo dos Palmares foi uma comunidade formada por escravos negros que haviam escapado das fazendas, prisões e senzalas brasileiras. Lá os negros estavam libertos da opressão portuguesa branca que os escravizava. Muito possivelmente em razão disso, a publicidade vende o edifício associando-o a um local propício à liberdade das crianças. Mas vale perguntar de que liberdade se trata aqui?

A vida no Quilombo dos Palmares girava em torno da questão da segurança, uma vez que os colonizadores representavam uma grande ameaça à vida daquelas populações. A capital de Palmares, o mocambo Cerca Real do Macaco, era cercada por três grandes paliçadas (muralhas de madeira) que possuíam torres de vigilância<sup>9</sup>. A vida “tranquila” das

<sup>9</sup> Palmares era o resultado de uma junção de mocambos que formavam uma confederação quilombola que se estendia por um território razoavelmente vasto na divisa dos atuais estados de Alagoas e Pernambuco.

mães moradoras do Edifício Zumbi só pode se efetivar porque a liberdade de seus filhos é garantida por uma estrutura de lazer intramuros. Mas, evidentemente, a vida intramuros das crianças moradoras do Edifício Zumbi não pode ser comparada à vida intramuros do Quilombo dos Palmares, cujos moradores precisavam se isolar e permanecer em constante vigilância para sobreviver.

### **Considerações finais**

Ao longo do texto, argumentamos de que forma há uma lógica patriarcal que se transplanta à ordem urbana do Recife; que, por sua vez, se evidencia nas produções publicitárias imobiliárias. Há, neste sentido, uma imbricação entre as narrativas de tradição e modernidade nas formas de narrar a cidade que se verticalizava.

Ao aderir aos valores da modernização, Recife não só manteve traços do patriarcalismo que a constitui, mas também traduziu, a partir de suas práticas culturais, uma determinada concepção de modernidade. Algo que diz respeito a uma concepção transnacional de modernidade: uma “modernidade brasileira”, de que nos fala Da Matta (2013). Reformulamos: ao aclimatar-se, o paradigma moderno produz, reiteradamente, um espaço pregnante de passado. No lugar de pensarmos em termos de uma oposição global-local, na qual o global (o moderno) se opõe a uma tradição cultural autêntica, pode-se pensar em termos de *outras* modernidades, resultados de processos de negociação do moderno com o nativo.

Neste sentido, os anúncios imobiliários nos serviram de interessante chave interpretativa de uma cidade que, ao aderir aos ideais haussmanianos, cuja epítome é a lógica do anonimato e universalismo, traduz e transplanta uma herança colonial – patriarcal e escravocrata por excelência. Herança essa que produz cidades hostis às indefinições do espaço público e cujas diferenças sociais se inscrevem violentamente. Assim, se a casa grande representava a demonstração máxima da distinção, com sua conformação blocada e com pretensões de autossuficiência ao seu exterior; Recife, desde sua constituição, circunscreve com bastante

precisão o lugar dos despossuídos e o lugar das classes abastadas (seja em termos territoriais, seja em termos de tipo de habitação). E o edifício vertical – esta forma de moradia coletiva, mas assentada em valores individuais – constitui hoje uma espécie de síntese ou símbolo de uma cidade que, constantemente, evoca suas desigualdades.

Para finalizar retomando a figura do quarto de empregada que abriu esse texto, é importante mencionar que a família burguesa brasileira segue dependendo da força braçal das trabalhadoras domésticas. O lockdown provocado pela pandemia da Covid-19 ilustra bem essa hipótese. À época, não foram poucos os apelos para que os patrões mais intransigentes renunciassem aos serviços domésticos a fim de que as trabalhadoras domésticas pudessem ficar em suas casas. Mas muitos deles não se sensibilizaram. Inclusive, é bastante sintomático que a primeira morte registrada no Brasil pela Covid-19 tenha sido a de uma trabalhadora doméstica, infectada pelo seu empregador<sup>10</sup>. Também bastante simbólico – e cruel – é o caso de outra empregada doméstica que deixou seu filho aos cuidados da patroa enquanto passeava os cachorros da casa e, quando voltou, teve que acalantar o corpo de seu filho morto, caído no chão do edifício<sup>11</sup>. Esses casos ilustram a permanência da colonialidade como constituinte da experiência brasileira.

## Referências

- AMORIM, L.; LOUREIRO, C. Dize-me teu nome, tua altura e onde moras e te direi quem és: estratégias de marketing e a criação da casa ideal (parte 1). *Vitruvius*, fev. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.057/505>. Acesso em: 02 jul. 2022.
- BARRETO, A.O *Recife Através dos Tempos: A formação de sua paisagem*. Recife: Edições Fundarpe, 1994.
- BENZAQUEN DE ARAÚJO, R. *Guerra e paz*. Casa-grande e Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Editora 34, 1994.

10 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. Acesso em: 25 abr. 2022.

11 Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/06/5012095-caso-miguel-sari-corte-real-e-condenada-a-oito-anos-e-meio-de-reclusao.html>. Acesso em: 27 jun. 2022.

- CALDEIRA, T. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania na cidade de São Paulo*. São Paulo, SP: Editora 34, 2000.
- CASTRO, J. *Um Ensaio de Geografia Urbana: A cidade do Recife*. Recife: Editora Massangana, 2013.
- DA MATTA, R. Prefácio In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global Editora, 2013.
- DUNKER, C.. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.
- LEITÃO, L. *Quando o Ambiente é Hostil: uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos*. Recife: Editora UFPE, 2014.
- MELO, M. *Metropolização e Subdesenvolvimento: O caso do Recife*. Recife: UFPE – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1978.
- NASLAVSKY, G.. *Cidade do Recife (1920-2011): Nos Rumos da Modernidade*. In: *Os Céus como Fronteira: A Verticalização do Brasil*. São Paulo: Grifo, 2013.
- ROLNIK, R. *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015
- VIANA, M.; TREVISAN, Ricardo. O “quartinho de empregada” e seu lugar na morada brasileira. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. *Anais...* Porto Alegre, 2016.

## Sobre as autoras

*Marcela Barbosa Lins* – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. No presente artigo, a autora contribuiu com a sistematização dos dados, revisão bibliográfica e realização de análises empíricas.

*Cristina Teixeira Vieira de Melo* – Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, doutora em Linguística pelo Instituto de Estudo da Linguagem – Unicamp. No presente artigo, a autora contribuiu com revisão bibliográfica e realização de análises empíricas.

---

Data de submissão: 07/07/2022

Data de aceite: 23/08/2022